

DIREITO MUNICIPAL

- 456** A GUARDA MUNICIPAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Luiz Carlos da Cruz Iorio
- 460** DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS: QUESTÕES CONTROVERSAS ACERCA DA RESPONSABILIZAÇÃO MUNICIPAL E DA RESTAURAÇÃO DE ÁREAS COM OCUPAÇÃO CONSOLIDADA
Rodrigo Santos Valle
- 469** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Ilegalidade do pagamento de 13º salário ao ocupante de cargo de ouvidor municipal
- 474** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Discrecionabilidade do Município na modificação de endereço de ponto de táxi
- 476** CONTROLE INTERNO – ATRIBUIÇÕES – LEGALIDADE – CONFLITO – ASSESSORIA JURÍDICA
- 478** BEM PÚBLICO – AUTORIZAÇÃO DE USO – CONSIDERAÇÕES

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- 482** CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES
André Vieira Freire
- 487** ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RETENÇÃO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES EM SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE PERANTE O FISCO
Renata Rocha
- 488** DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Renato Saeger Magalhães Costa
- 491** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Excepcionalidade da contratação de empresa especializada em serviços de segurança e vigilância
- 497** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
Inconstitucional lei municipal que autoriza a doação de terreno público sem licitação
- 502** DISSÍDIO COLETIVO – REACTUAÇÃO – ENTENDIMENTO TCE/SP
- 505** ADMINISTRADOR EM COMUM – VIOLAÇÃO AO SIGILO DAS PROPOSTAS – DEFESAS IDÊNTICAS – FRAUDE

FINANÇAS PÚBLICAS

- 508** PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS MUNICIPAIS QUANTO ÀS DIFICULDADES E DESAFIOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
Alexandre de Freitas Carneiro

520 UM ESTUDO ESTATÍSTICO SOBRE A UNIDADE FISCAL ESTADUAL DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL (UFERMS)
Bruno Rodrigues de Oliveira, Lucas Rodrigues Oliveira

529 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Considerações sobre o repasse de excesso de arrecadação de receita ordinária

536 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Inconstitucional lei municipal que dispõe sobre a cobrança de taxa de expediente

543 CRÉDITO SUPLEMENTAR – ABERTURA – DECRETO DO EXECUTIVO

545 ANO ELEITORAL – REFIS – CONDUTA VEDADA – DECISÃO DO TSE

OUTROS TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

548 DECADÊNCIA NA REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: EFEITO SANATÓRIO DO TEMPO
Marcelo Roque Anderson Maciel Ávila

551 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA
João Eduardo Lopes Queiroz

554 PARA UM CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO NO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
José Sérgio da Silva Cristóvam

565 A ALTERAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA EM MATÉRIA ELEITORAL E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Allan de Alcântara

570 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Os conselhos de fiscalização profissional sujeitam-se à Lei de acesso à informação

578 AGENTE FISCAL – AMBIENTAL – PORTE DE ARMA DE FOGO – IMPOSSIBILIDADE

580 TERRENO PARTICULAR – LIMPEZA PELA ADMINISTRAÇÃO – CONSIDERAÇÕES

584 ÍNDICE CUMULATIVO